



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Maria da Conceição, professora municipal concursada no município de Serra Alta/GO, exercia suas funções regularmente quando, dois meses atrás, na saída da escola em que leciona, foi surpreendida por um portão enferrujado e parcialmente solto que veio a despencar sobre seu ombro e costas, provocando lesões que exigiram cirurgia e afastamento por oito meses.

Ela teve redução temporária de sua mobilidade, com severas limitações em suas atividades cotidianas e impactos psicológicos.

O acidente aconteceu devido à ausência de manutenção adequada do prédio escolar, fato esse já denunciado anteriormente por professores à direção.

Maria, além dos custos com hospital, curativos e medicamentos deixou de receber pelo seu trabalho extra como professora particular de reforço escolar que compunham parte considerável de sua remuneração mensal, a qual dependia para cumprir com as obrigações mensais da casa e auxiliar sua mãe já idosa na aquisição de medicamentos de alto custo.

Hoje, desesperada com a situação, vez que não está mais conseguindo cumprir com suas responsabilidades financeiras mensais, procura você, advogado(a), para ajuizar a medida cabível diante dos fatos. Indica pessoas que presenciaram o fato para testemunhar a seu favor.

Redija a peça cabível, abordando os argumentos fáticos e jurídicos pertinentes. (Valor: 5,00)

OBS: A simples menção ou transcrição de dispositivos legais não confere pontuação. A peça deve contemplar todos os fundamentos relevantes para a defesa do interesse do cliente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Júlio é servidor público federal e foi demitido após processo administrativo disciplinar.

Apesar de residir no endereço informado em seu assentamento funcional ele não foi intimado pessoalmente para apresentar defesa, apenas por edital, mas por saber da abertura do processo compareceu espontaneamente para fazer sua defesa.

Com a notícia da sua demissão, procura você, como advogado, para sanar as seguintes dúvidas:

- a) No caso narrado, a ausência de intimação pessoal pode acarretar anulação da decisão administrativa? (0,60)
- b) Pode iniciar o processo administrativo sem a abertura de sindicância? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

O Município de Verdes Montes contratou diretamente a empresa ConstruMais para realizar obras emergenciais de contenção após o desabamento de uma ponte causadora de risco à população.

A justificativa apresentada foi a dispensa de licitação por emergência, conforme a Lei nº 14.133/2021. Contudo, o Tribunal de Contas apontou ausência de comprovação técnica da urgência real.

a) Pode ser feita contratação direta por dispensa de licitação em razão de emergência ou calamidade pública? (0,65)

b) Há definição de prazo máximo de abrangência do contrato emergencial? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

O Secretário de Obras de um Estado ordenou a realização de serviços em sua residência utilizando máquinas e servidores públicos.

Diante da denúncia ao Ministério Público, este requereu judicialmente a condenação por ato de improbidade administrativa, com a penalidade de perda da função pública cumulada com suspensão de seus direitos políticos por 20 (vinte) anos.

O Secretário de obras, em sua defesa argumenta que não houve prejuízo ao erário, pois pagou pelos insumos utilizados.

Com base no caso narrado, responda:

- a) O uso de bens ou serviços públicos para fins particulares caracteriza ato de improbidade? (0,65)
- b) Foi correta a totalidade da penalidade requerida para esse tipo de ato? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Carlos é professor concursado 20 horas no Município Alfa. Quatro anos depois da primeira nomeação, realizou novo concurso para mais 20 horas no mesmo Município como técnico de Sistemas.

Efetivada sua estabilidade no segundo concurso, o prefeito determinou sua realocação do setor X para o setor Y, sob justificativa de que no Setor X não teria mais necessidade de seus serviços.

No dia seguinte de sua remoção, o prefeito anunciou contratação imediata de empresas terceirizadas para técnicos de sistemas e inclusive no mesmo setor que Carlos ocupava anteriormente.

Inconformado Carlos ajuizou ação judicial, pleiteando o retorno à sua lotação no setor X.

Diante dos fatos responda.

- a) A pretensão de Carlos para voltar ao setor anteriormente ocupado merece prosperar? (0,65)
- b) É possível a acumulação remunerada de cargos públicos ocupados por Carlos? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProflgorMaciel

